

# Superior Tribunal de Justiça

## AgInt no AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 916.997 - AL (2016/0121662-0)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
**ADVOGADO** : SÉRGIO LUDMER E OUTRO(S) - AL008910A  
**AGRAVADO** : UNIÃO

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, contra decisão e-STJ, fls. 922-926, que conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, reconhecendo o descabimento da ação rescisória.

Inconformado, o agravante alega que a decisão impugnada merece reforma, uma vez que "[...] chancela *decisum* colidente com os ditames dos artigos 467, 468 e 474, do CPC, e, com isso, viola o disposto no artigo 485, IV e V, do mesmo diploma legal, e, ainda, afronta o entendimento consolidado no âmbito deste C. STJ, inclusive oriundos de casos idênticos ao presente, e o princípio da isonomia" (e-STJ, fl. 938).

Argumenta que não se aplica a Súmula 343 do STF, tendo em vista que, "ao reduzir o reajuste de 28,86% a apenas 2,2%, exclusivamente em relação à incidência sobre a parcela denominada Retribuição Adicional Variável – RAV, aplicando compensações afastadas na precedente coisa julgada material (produzida na referida Ação Ordinária n. 97.0003486-0) desatendeu-se, assim, aos comandos dos artigos 467, 468 e 474, do Código de Processo Civil" (e-STJ, fl. 939).

A parte adversa não impugnou o agravo interno (e-STJ, fl. 958).

É o relatório.

Pretende a parte autora, em ação rescisória, a desconstituição do acórdão rescindendo que considerara a impossibilidade da aplicação da totalidade do índice de 28,86% sobre a RAV e admitira apenas a incidência de 2,2% sobre a referida verba.

Entendo que a matéria em análise não se encontra pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pelo que reconsidero a decisão ora impugnada e, conseqüentemente, determino que o presente agravo seja atuado como recurso especial.

Ante o exposto, reconsidero a decisão (e-STJ, fls. 825/826) e, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, "d", do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial, sem prejuízo de novo exame acerca de seu cabimento, a ser realizado no momento oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Ministro

